

A polêmica posição do Iphan

Arquiteto e engenheiro dizem que invasão da Telebrasilândia tem mesmo de ser removida

**VILA AGRIDE
TOMBAMENTO,
ALÉM DE
PROVOCAR
ESTRAGOS AO
MEIO AMBIENTE**

JASON PASCOAL

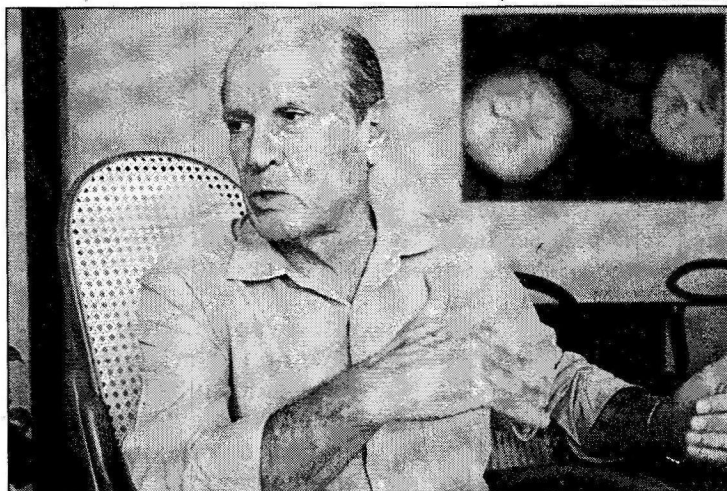
A posição do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que admitiu reexaminar, durante debate organizado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a questão da invasão da Telebrasilândia, acenando com a possibilidade de passar uma borracha na decisão anterior e autorizar a fixação, recebeu duras críticas de engenheiros e arquitetos que integram o Conselho Técnico de Preservação de Brasília.

O engenheiro Carlos Magalhães, coordenador-presidente do Conselho e ex-coor-

denador regional do Iphan, afirmou que a invasão da Telebrasilândia deixou de ser uma questão técnica para se transformar em um nó político. "A análise deve ser rigorosamente dentro de quesitos técnicos", considerou. "Não se pode misturar interesses políticos de partidos A, B ou C com a questão do tombamento de Brasília", concluiu.

Na sua avaliação, não há razões técnicas para que o assentamento permaneça no endereço. "Aquele área não é destinada para a alocação de um bairro, que produz um esgoto muito pesado", disse. O engenheiro condenou de antemão qualquer intenção do Iphan em reavaliar a questão. "Se o Iphan mudar de opinião, vai estar agindo politicamente. Ele não pode bandear nem para um lado, nem para o outro".

Magalhães critica o governo passado ao afirmar que o ex-governador Cristovam Buarque errou ao permitir que



MAGALHÃES: "Se o Iphan mudar, vai estar agindo politicamente"

os moradores do local pudessem construir casas de alvenaria. "Aquele assentamento ficou bastante reduzido, mas no governo Cristovam cresceu significativamente", disse. Magalhães afirma que a atitude correta do Governo do Distrito Federal, diante desta situação, é realizar uma espécie de desapropriação, já que a terra é pública, mas a construção de casas foi autorizada pe-

lo GDF. "O governo tem de tirar e pagar pelas melhorias que foram feitas pelos moradores, afinal, eles receberam autorização do próprio GDF para construir", alerta. "Mas depois tem de se fazer uma ação regressiva para que Cristovam ou quem autorizou pagar pela desapropriação", recomendou.

O arquiteto Ricardo Pena, também integrante do Conse-

lho, considera que há uma distorção sobre o foco ao qual deve ser submetido a invasão da Telebrasilândia. "Infelizmente, esta polarização Roriz/Cristovam contaminou tudo", diz. "As pessoas estão decidindo com base nas suas preferências político-partidárias e isso é ruim para Brasília", completou.

O Conselho de Preservação é, oficialmente, presidido pelo governador Joaquim Roriz. Entretanto, segundo Pena, isto não influencia as decisões. "Tanto é que o coordenador-presidente (engenheiro Carlos Magalhães) faz críticas abertas a algumas políticas adotadas pelo governador", arrematou. De acordo com ele, o conselho analisou, em maio deste ano, vários documentos sobre a invasão da Telebrasilândia. "Em todos eles, a indicação de que a vila não pode ficar é cristalina", argumentou. "Não pode porque fere uma série de quesitos técnicos e prejudica diversas questões ambientais", argumenta.

Ricardo Pena também considerou estranha a posição do Iphan em reavaliar o posicionamento do órgão sobre o assentamento. "O Iphan não pode ter dois pesos e duas medidas; se ele embargou o Pier 21, que ambientalmente prejudica menos o meio ambiente, não pode agora mudar sua posição em relação ao assentamento", considera. "Na minha ótica, ele teria que ser ainda mais contundente", resumiu.

O superintendente do Iphan, Marcelo Brito, foi procurado pelo **Jornal de Brasília**, mas informou que a questão do assentamento está sendo discutida exclusivamente pela diretora de Proteção de Patrimônio, Luiza Ritzel. Ela foi procurada três vezes, por telefone. Sua secretaria informou que a diretora estava em reunião, mas que seria feito um contato assim que ela estivesse livre. Até o fechamento desta edição não houve resposta.